



# DIÁRIO DA REPÚBLICA

PREÇO DESTE NÚMERO — 28\$00

1 — A renovação das assinaturas ou a aceitação de novos assinantes para qualquer das publicações oficiais deverá efectuar-se até ao final do mês de Janeiro, no que se refere às assinaturas anuais ou para as do 1.º semestre, e até 31 de Julho, para as que corresponderem ao 2.º semestre.

2 — Preço de página para venda avulso, 3\$50; preço por linha de anúncio, 80\$.

3 — Para os novos assinantes do *Diário da Assembleia da República*, o período da assinatura será compreendido de Janeiro a Dezembro de cada ano. Os números publicados em Novembro e Dezembro do ano anterior que completam a legislatura serão adquiridos ao preço de capa.

4 — Os prazos de reclamações de faltas do *Diário da República* para o continente e regiões autónomas e estrangeiro são, respectivamente, de 30 e 90 dias à data da sua publicação.

Toda a correspondência, quer oficial, quer relativa a anúncios e a assinaturas de «Diário da República» e de «Diário da Assembleia da República», deve ser dirigida à administração da Imprensa Nacional-Casa da Moeda, E. P., Rua de D. Francisco Manuel de Melo, 5 — 1092 Lisboa Cedex.

## SUPLEMENTO

IMPRENSA NACIONAL-CASA DA MOEDA, E. P.

### AVISO

Por ordem superior e para constar, comunica-se que não serão aceites quaisquer originais destinados ao «Diário da República» desde que não tragam aposta a competente ordem de publicação, assinada e autenticada com selo branco ou, na sua falta, a assinatura reconhecida na qualidade de responsável, salvo quando se trate de textos dimanados de cartórios notariais.

### SUMÁRIO

Ministério da Agricultura, Pescas e Alimentação:

Decreto-Lei n.º 310-A/86:

Aprova a orgânica do Ministério da Agricultura, Pescas e Alimentação.

### MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PESCAS E ALIMENTAÇÃO

Decreto-Lei n.º 310-A/86

de 23 de Setembro

1. A necessidade de conferir uma maior capacidade e operacionalidade aos serviços do Ministério da Agricultura, Pescas e Alimentação face aos problemas e oportunidades que estão postos aos sectores agrário, alimentar e das pescas levou à reformulação dos di-

plomas orgânicos no sentido de introduzir esquemas de gestão numa perspectiva integrada e otimizar a utilização de recursos humanos, materiais e organizacionais.

Desta forma criam-se condições de apoio aos agentes económicos, ao mesmo tempo que se superam obstáculos e estrangulamentos, designadamente os que resultam do impacte das novas condições em que terão de se desenvolver as actividades tuteladas pelo Ministério.

2. O presente diploma consagra a Lei Orgânica do Ministério da Agricultura, Pescas e Alimentação e as medidas que deverão enformar a globalidade dos instrumentos normativos que regularão o funcionamento dos vários serviços de forma a conseguir-se a institucionalização de um sistema com as características atrás referidas, designadamente através de:

- a) Definição de um sistema de audição e participação dos agentes económicos no equacionamento e acompanhamento da execução da política e objectivos do Ministério da Agricultura, Pescas e Alimentação;
- b) Definição de um esquema de gestão integrada, com base na definição de objectivos gerais e sectoriais compatibilizados e devidamente articulados entre si e com os recursos disponíveis e dos respectivos instrumentos de controle, bem como das normas de recurso à gestão por projecto e entrega de serviços a terceiros;
- c) Identificação e clarificação do domínio da actividade dos vários serviços, centrais e regionais, com vista a uma convergência de actuação e a evitar sobreposições e vazios de actuação;
- d) Definição de medidas concretas de apoio à fixação de pessoal na periferia, como forma de motivar os técnicos a estabelecerem-se nos locais onde efectivamente são necessários;

- e) Redimensionamento dos quadros com redução de pessoal administrativo e auxiliar, mediante recurso à utilização de meios e técnicas informáticos e de racionalização administrativa, com reforço do pessoal técnico e resolvendo por esta via o problema do pessoal técnico com condições para ingressar na função pública.

Assim:

O Governo decreta, nos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 201.º da Constituição, o seguinte:

## CAPÍTULO I

### Natureza e atribuições

#### Artigo 1.º

##### (Natureza)

O Ministério da Agricultura, Pescas e Alimentação é o departamento governamental que se ocupa, sob uma perspectiva global e integrada, dos vários aspectos dos sectores agrário, alimentar e das pescas.

#### Artigo 2.º

##### (Atribuições)

São atribuições do Ministério da Agricultura, Pescas e Alimentação, abreviadamente designado por MAPA:

- a) Definir a política nacional nos domínios agrário, alimentar e das pescas, promovendo e coordenando as acções necessárias à sua execução;
- b) Elaborar os planos de desenvolvimento agrário, alimentar e das pescas, a integrar no plano geral de desenvolvimento do País;
- c) Estabelecer as bases de política nacional em bens e matérias-primas alimentares, promovendo e coordenando as acções necessárias à sua execução, incluindo o controle de qualidade;
- d) Apoiar as actividades económicas relacionadas com a produção, industrialização, transformação e comercialização de produtos no âmbito dos sectores agrário, alimentar e das pescas.

## CAPÍTULO II

### Órgãos e serviços e suas competências

#### Artigo 3.º

##### (Órgãos e serviços)

O MAPA, para a consecução dos seus objectivos, compreende:

- 1) O Conselho Nacional de Agricultura, Pescas e Alimentação;
- 2) Serviços centrais de concepção, coordenação e apoio directo ao Ministro no âmbito da defi-

nição e implementação da política global nos domínios agrário e alimentar e da coordenação das actividades do Ministério:

- a) Secretaria-Geral;
- b) Inspeção-Geral e Auditoria de Gestão;
- c) Secretariado Agrícola para as Relações Europeias;
- d) Direcção-Geral de Planeamento e Agricultura;

- 3) Serviços centrais de concepção, coordenação e apoio no âmbito da definição e implementação da política global das pescas e da coordenação das actividades do sector:

- a) Direcção de Serviços de Apoio Técnico-Administrativo;
- b) Gabinete de Estudos e Planeamento das Pescas;

- 4) Serviços centrais especializados de concepção, coordenação e apoio na definição e implementação de políticas sectoriais nos domínios agrário e alimentar:

- a) Direcção-Geral da Pecuária;
- b) Direcção-Geral das Florestas;
- c) Direcção-Geral de Hidráulica e Engenharia Agrícola;
- d) IAPA — Instituto de Apoio à Transformação e Comercialização dos Produtos Agro-Alimentares;
- e) Instituto de Qualidade Alimentar;
- f) Instituto Nacional de Investigação Agrária;
- g) Instituto da Vinha e do Vinho;

- 5) Serviços centrais especializados de concepção, coordenação e apoio na definição e implementação de políticas sectoriais das pescas:

- a) Inspeção-Geral das Pescas;
- b) Direcção-Geral das Pescas;
- c) Instituto Nacional de Investigação das Pescas;
- d) Instituto Português de Conservas e Pescado;
- e) Escola Profissional de Pesca de Lisboa;

- 6) Serviços regionais de execução das políticas agrária e alimentar:

- a) Direcção Regional de Agricultura de Entre Douro e Minho;
- b) Direcção Regional de Agricultura de Trás-os-Montes;
- c) Direcção Regional de Agricultura da Beira Litoral;
- d) Direcção Regional de Agricultura da Beira Interior;
- e) Direcção Regional de Agricultura do Ribatejo e Oeste;
- f) Direcção Regional de Agricultura do Alentejo;
- g) Direcção Regional de Agricultura do Algarve.

## Artigo 4.º

**(Conselho Nacional de Agricultura, Pescas e Alimentação)**

1 — O Conselho Nacional de Agricultura, Pescas e Alimentação, abreviadamente designado por CNAPA, é um órgão consultivo junto da Administração Pública, tendo como finalidade assegurar o diálogo e cooperação com as entidades e organizações de âmbito nacional interessadas no desenvolvimento sócio-económico dos sectores agrário, alimentar e das pescas.

2 — A composição, atribuições, competências e normas de funcionamento do CNAPA serão definidas em diploma próprio, competindo à Secretaria-Geral assegurar o apoio técnico e administrativo necessário ao desempenho das respectivas atribuições.

3 — O CNAPA será presidido pelo Ministro da Agricultura, Pescas e Alimentação.

4 — O CNAPA reunirá, sob convocatória do Ministro da Agricultura, Pescas e Alimentação, em plenário ou por comissões em que seja subdividido, sendo desde já constituídas a Comissão Nacional de Agricultura e Alimentação (CNA) e a Comissão Nacional das Pescas e Protecção dos Recursos e Ambiente Aquático (CNAPRA).

## Artigo 5.º

**(Competências dos serviços)**

1 — Aos serviços centrais de concepção, coordenação e apoio directo ao Ministro no âmbito da definição e implementação da política global nos domínios agrário e alimentar e da coordenação das actividades do Ministério são cometidas as seguintes atribuições:

- a) A Secretaria-Geral incumbem a elaboração, coordenação e implementação de estudos e medidas no âmbito da gestão e desenvolvimento dos recursos humanos, do aperfeiçoamento organizacional, modernização e racionalização administrativa, da gestão dos meios informáticos, financeiros e patrimoniais, a prestação de apoio técnico-administrativo aos gabinetes dos membros do Governo, bem como assegurar o serviço central de relações públicas e de documentação do Ministério;
- b) A Inspeção-Geral e Auditoria de Gestão incumbem o estudo e análise sistemática dos resultados e forma de actuação dos serviços do Ministério e das entidades tuteladas face à política, objectivos e determinações superiormente definidos, bem como acções de auditoria, sindicâncias, inquéritos e outras de âmbito disciplinar que lhe sejam superiormente determinadas;
- c) Ao Secretariado Agrícola para as Relações Europeias incumbem assegurar a coordenação e o apoio às actividades do Ministério, no âmbito dos sectores agrário e alimentar, relativamente à integração europeia, no cumprimento das obrigações decorrentes da adesão, e à cooperação internacional;
- d) A Direcção-Geral de Planeamento e Agricultura incumbem promover a elaboração de estudos e pareceres necessários à definição da política agrária e alimentar, respectivos objectivos e planos de actividades a curto, médio e longo prazos e avaliação de resultados, dina-

mizar, coordenar e controlar os projectos de investimento a cargo dos departamentos sectoriais de agricultura e alimentação, bem como desenvolver e coordenar acções no âmbito do associativismo agrícola, formação técnico-profissional e extensão rural.

2 — Aos serviços centrais de concepção, coordenação e apoio no âmbito da definição e implementação da política global das pescas e da coordenação das actividades do sector são cometidas as seguintes atribuições:

- a) A Direcção de Serviços de Apoio Técnico-Administrativo incumbem apoiar a organização e gestão de recursos humanos, financeiros e patrimoniais no âmbito do sector administrativo das pescas e prestação de apoio técnico-administrativo ao gabinete do membro do Governo respectivo;
- b) Ao Gabinete de Estudos e Planeamento das Pescas incumbem a elaboração de estudos e pareceres necessários à definição da política das pescas, a preparação e implementação dos planos de actividade a curto, médio e longo prazos e a avaliação dos resultados, a coordenação, dinamização e controle dos projectos de investimento a cargo dos departamentos sectoriais da pesca, bem como o estudo, planeamento e coordenação de acções nos domínios da informática e da gestão dos recursos das águas sob jurisdição nacional, e assegurar as relações e a cooperação internacionais nos assuntos comunitários e a organização, instalação e gestão do banco nacional de dados do sector das pescas.

3 — Aos serviços centrais especializados de concepção, coordenação e apoio na definição e implementação de políticas sectoriais nos domínios agrário e alimentar são cometidas as seguintes atribuições:

- a) A Direcção-Geral da Pecuária incumbem promover a elaboração e coordenação de acções de âmbito nacional nos domínios da defesa sanitária dos animais e higiene pública veterinária, bem como elaborar normas orientadoras e fornecer aos serviços regionais a orientação e apoio técnico necessários ao fomento da produção animal e melhoramento zootécnico das espécies;
- b) A Direcção-Geral das Florestas incumbem promover a elaboração e execução coordenada de acções de âmbito nacional nos domínios do ordenamento, protecção e fomento do património florestal nacional, cinegético, aquícola e apícola, bem como garantir o apoio técnico e a coordenação das acções de âmbito regional a cargo das circunscrições florestais;
- c) A Direcção-Geral de Hidráulica e Engenharia Agrícola incumbem promover os estudos e as operações necessários à estruturação fundiária e ao redimensionamento de explorações, coordenar a gestão ou a administração do património rústico estatal não adstrito a outros organismos, assegurar o levantamento a nível nacional das necessidades em aproveitamentos hidroagrícolas e infra-estruturas conexas, bem

como elaborar os respectivos projectos, prestar apoio e orientação no domínio da mecanização agrícola, lançar infra-estruturas e projectos de electrificação rurais e executar trabalhos de topografia e de cartografia agrícola necessários às suas actividades;

- d) Ao Instituto de Apoio à Transformação e Comercialização dos Produtos Agro-Alimentares incumbe apoiar a política económica, tecnológica e industrial relativa à transformação e comercialização de produtos agrários e alimentares;
- e) Ao Instituto da Qualidade Alimentar incumbe desenvolver as actividades do sector alimentar que respeitem à definição de princípios e de normas de qualidade, à metodologia do seu controle e à coordenação de todas as acções tendentes ao seu cumprimento, mesmo quando estas acções devam ser executadas por outros departamentos, assegurando ainda os ensaios e análises laboratoriais relacionados com a sua actividade;
- f) Ao Instituto Nacional de Investigação Agrária incumbe promover a elaboração e execução da política de investigação e desenvolvimento experimental (I-DE) para o sector agrário e agro-industrial, coordenar as actividades científicas das estações nacionais de I-DE, de outros serviços operativos de I-DE de âmbito nacional, de serviços actuando também no domínio de outras actividades científicas e técnicas (OACT) e ainda prestar apoio científico e técnico às actividades de experimentação e demonstração a nível regional, assegurar a protecção de produção agrícola a nível nacional dos solos da reserva agrícola nacional, executar trabalhos de cartografia agrícola, designadamente cartas de solos, agrícolas e florestais do País, e promover, coordenar e implementar a formação profissional pós-graduada;
- g) Ao Instituto da Vinha e do Vinho incumbe promover o fomento, apoio, controle e fiscalização na área da cultura da vinha e da produção e comercialização de produtos vínicos e derivados.

4 — Aos serviços centrais especializados de concepção, coordenação e apoio na definição e implementação de políticas sectoriais das pescas são cometidas as seguintes atribuições:

- a) A Inspeção-Geral das Pescas incumbe coordenar e verificar o cumprimento da legislação aplicável às pescas e à conservação dos recursos marinhos, bem como assegurar a ligação aos órgãos homólogos da Comunidade, dos Estados membros da CEE e de outros Estados;
- b) À Direcção-Geral das Pescas incumbe promover e apoiar o desenvolvimento técnico, económico e social do sector das pescas, assegurar a administração geral das pescas, nomeadamente nos domínios da frota pesqueira, da aquicultura, da apanha e comercialização das plantas marinhas industrializáveis e da salicultura, e da conservação e gestão dos recursos marinhos, bem como desenvolver as

relações internacionais no âmbito das suas atribuições e assegurar a execução dos programas de investimento naqueles domínios;

- c) Ao Instituto Nacional de Investigação das Pescas incumbe promover, executar e apoiar a investigação aplicada e o desenvolvimento tecnológico no sector das pescas, incluindo a aquicultura e a sua divulgação, e reconhecer e avaliar os recursos pesqueiros e as suas relações com o meio ambiente, cooperando na definição da política de gestão desses recursos;
- d) Ao Instituto Português de Conservas e Pescado incumbe assegurar o regular funcionamento dos mercados dos produtos da pesca, designadamente através do controle da aplicação das normas comunitárias e das medidas de intervenção, a gestão dos meios financeiros necessários às acções de intervenção e regularização, o controle da qualidade dos produtos da pesca, o reconhecimento das organizações de produtores, bem como a promoção do desenvolvimento técnico e económico dos mercados nos domínios da produção, transformação e comercialização;
- e) À Escola Profissional de Pesca de Lisboa incumbe assegurar a coordenação da formação profissional do sector das pescas, a formação de monitores e o ensino profissional, com vista a preparar profissionais para as indústrias ligadas à exploração, conservação, aproveitamento e transformação dos recursos aquáticos.

5 — Aos serviços regionais de execução das políticas agrária e alimentar, que constituem as direcções regionais de agricultura, são cometidas as seguintes atribuições:

Assegurar o levantamento das necessidades do sector agrário regional, executar a política agrária e alimentar e apoiar os agricultores e outras entidades actuando no sector agro-alimentar regional em matéria de protecção e fomento da produção animal e vegetal, transformação dos produtos, infra-estruturas e construções rurais, defesa e conservação do solo, estruturação fundiária, modernização das empresas, formação profissional, associativismo e extensão rural.

6 — A Direcção-Geral das Pescas, o Instituto Nacional de Investigação das Pescas e o Instituto Português de Conservas e Pescado poderão dispor de delegações regionais, conforme determinarem os seus diplomas orgânicos.

#### Artigo 6.º

##### (Auditoria Jurídica)

1 — Junto do Ministro da Agricultura, Pescas e Alimentação funciona uma Auditoria Jurídica, coordenada pelo procurador-geral-adjunto, que no MAPA exerce as funções de auditor jurídico.

2 — À Auditoria Jurídica compete assegurar a prestação de consultoria jurídica e o apoio legislativo e contencioso aos membros do Governo que integram o MAPA.

## CAPÍTULO III

## Pessoal

## Artigo 7.º

**(Quadro de pessoal)**

As direcções-gerais ou equiparadas do MAPA dispõem de quadro próprio de pessoal, que será fixado através dos diplomas a que se refere o n.º 1 do artigo 12.º do presente diploma.

## Artigo 8.º

**(Regime de pessoal)**

1 — O regime de pessoal é o constante do Decreto Regulamentar n.º 41/84, de 28 de Maio, e demais legislação aplicável, com observância das alterações resultantes do Decreto-Lei n.º 248/85, de 15 de Julho.

2 — A transição do pessoal para os quadros dos serviços previstos no artigo 3.º será feita nos termos das regras pertinentes do Decreto Regulamentar n.º 41/84, de 28 de Maio, e demais legislação geral aplicável de harmonia com o estabelecido no Decreto-Lei n.º 146-C/80, de 20 de Maio, e em conformidade com os critérios definidos no n.º 1 do artigo 11.º do presente diploma.

3 — Os lugares de todo o pessoal dirigente dos serviços referidos no artigo 3.º serão providos nos termos do Decreto-Lei 191-F/79, de 26 de Junho.

4 — O lugares da carreira técnica superior criados nos quadros dos serviços e organismos extintos ao abrigo do Decreto-Lei n.º 191-F/79, de 26 de Junho, serão mantidos nos quadros próprios dos serviços constantes do artigo 3.º do presente diploma, para os quais transitarão os respectivos titulares mediante lista nominativa aprovada pelo Ministro.

5 — Ao pessoal dirigente e técnico no exercício efectivo de funções inspectivas e de auditoria no âmbito da Inspeção-Geral e Auditoria de Gestão é aplicável o disposto no artigo 1.º do Decreto-Lei n.º 46/86, de 10 de Março.

## Artigo 9.º

**(Chefes das equipas de projecto)**

Aos chefes das equipas de projecto constituídas nos termos do artigo 14.º pode, por despacho conjunto dos Ministros das Finanças e da Agricultura, Pescas e Alimentação, ser concedida remuneração adicional.

## Artigo 10.º

**(Incentivos de fixação na periferia)**

1 — Serão activados os mecanismos de incentivos de fixação na periferia de acordo com o estipulado no Decreto-Lei n.º 45/84, de 3 de Fevereiro, e na Portaria n.º 715/85, de 24 de Setembro, para o pessoal técnico superior, técnico e técnico-profissional.

2 — Os incentivos de fixação na periferia serão atribuídos ao pessoal a prestar serviço nas zonas de média e extrema periferia.

## Artigo 11.º

**(Critérios de transição e gestão de excedentes)**

1 — Os critérios a observar para cumprimento do previsto no artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 43/84, de 3 de Fevereiro, nomeadamente no referente ao seu n.º 2, são os seguintes:

- a) Os funcionários e agentes transitarão para os lugares dos quadros próprios dos serviços previstos no artigo 3.º de acordo com os conhecimentos, capacidade, experiência e qualificações profissionais demonstrados no exercício das respectivas funções e considerados adequados às exigências dos postos de trabalho correspondentes aos lugares a prover;
- b) No preenchimento dos lugares, a efectuar nos termos da alínea anterior, serão considerados preferencialmente os funcionários, desde que satisfaçam os requisitos na mesma referidos;
- c) No caso de existirem funcionários ou agentes que não preencham os requisitos referidos na alínea a) ou que, preenchendo esses requisitos, excedam o número de lugares a prover, recorrer-se-á aos instrumentos de mobilidade, nomeadamente a transferência e a deslocação, com vista à sua afectação a outros serviços do Ministério;
- d) Para efeitos da aplicação das alíneas anteriores atender-se-á, em igualdade de circunstâncias, sucessivamente à antiguidade na categoria, na carreira e na função pública.

2 — No caso de se verificarem excedentes de pessoal, serão os mesmos afectos à Secretaria-Geral nos termos e para os efeitos do Decreto-Lei n.º 43/84, de 3 de Fevereiro, e do Decreto-Lei n.º 87/85, de 1 de Abril.

## CAPÍTULO IV

**Disposições transitórias e finais**

## Artigo 12.º

**(Diplomas orgânicos e regimes dos serviços)**

1 — As atribuições, competências, organização, normas de funcionamento e quadros de pessoal dos serviços do Ministério, constantes do artigo 3.º, serão objecto de decretos regulamentares, a publicar no prazo de 30 dias após publicação do presente diploma.

2 — Até à regulamentação a que se refere o n.º 1 deste artigo, mantêm-se em vigor os diplomas orgânicos e outras disposições com expressão orgânica dos serviços e organismos extintos em tudo o que não contrariar o presente decreto-lei ou o que ao abrigo do seu normativo se dispuser.

## Artigo 13.º

**(Planos, relatórios e informação de gestão)**

1 — Os serviços do Ministério funcionam de acordo com objectivos, a curto, médio e longo prazos, formalizados em planos de actividade anuais e plurianuais aprovados pelo Ministro.

2 — Os planos deverão indicar clara e sinteticamente os objectivos a atingir e respectiva orçamentação, benefícios a esperar, prazos, responsáveis pela sua execução e escalonamento ao longo do tempo, com indicação das fases fundamentais e forma de controle.

3 — Os serviços, além de fornecerem informação de gestão sistemática e atempada com vista a avaliar do cumprimento das actividades em curso, apresentarão relatório anual da execução dos planos e grau de consecução dos objectivos até ao final do 1.º trimestre do ano seguinte.

#### Artigo 14.º

##### (Equipas de projecto)

1 — A equipa de projecto é uma equipa de trabalho expressamente constituída para a realização de um projecto multidisciplinar, sob a responsabilidade de um chefe de projecto, da qual fazem parte técnicos de diversas especialidades oriundos de diferentes serviços do Ministério ou de unidades orgânicas do mesmo serviço, e tem duração temporária.

2 — As equipas de projecto que englobem técnicos de vários serviços do Ministério serão constituídas por despacho do Ministro e as que integrem técnicos de um único serviço serão constituídas por despacho do respectivo director-geral ou equiparado.

3 — A equipa de projecto assenta numa estrutura de tipo matricial, dependendo os funcionários do chefe da equipa de projecto, sem prejuízo dos vínculos e direitos inerentes aos serviços de origem, obrigando-se os serviços ou unidades orgânicas que os cederem a dar toda a assistência e apoio necessários.

4 — Os chefes das equipas de projecto deverão manter devidamente informados os dirigentes das zonas intervencionadas relativamente aos planos, programas e desenvolvimento dos trabalhos.

5 — Os chefes das equipas de projecto são responsáveis pela consistência e eficácia dos estudos a cargo da sua equipa e pelo cumprimento dos planos, prazos e condições previamente fixados, devendo informar em tempo útil, através de relatório sucinto, a entidade de quem dependerem do posicionamento e das ocorrências surgidas.

#### Artigo 15.º

##### (Direitos adquiridos)

A aplicação do presente diploma far-se-á sem prejuízo dos direitos já adquiridos pelo pessoal.

#### Artigo 16.º

##### (Utilização de verbas e provisões orçamentais)

1 — As dotações constantes dos orçamentos dos serviços e organismos extintos serão utilizadas pelos serviços constantes do artigo 3.º conforme a distribuição efectuada por despacho do Ministro.

2 — Ficam os Ministros das Finanças e da Agricultura, Pescas e Alimentação autorizados a proceder às alterações orçamentais necessárias à execução do presente diploma.

#### Artigo 17.º

##### (Património)

1 — Os activos e passivos, bem como quaisquer outros valores, obrigações e direitos, incluindo os emergentes de contratos de arrendamento afectos aos serviços e organismos extintos pelo presente diploma, transitam para os serviços agora criados ou mantidos em funcionamento, sem dependência de quaisquer formalidades.

2 — A discriminação dos bens e direitos a que se refere o número anterior será feita por despacho do Ministro.

3 — A Secretaria-Geral deverá promover as diligências necessárias à verificação do cadastro de bens dos serviços e organismos extintos e à sua distribuição pelos serviços criados ou mantidos em funcionamento pelo presente diploma.

#### Artigo 18.º

##### (Entidades tuteladas e serviços pendentes)

1 — São tuteladas exclusivamente pelo MAPA as seguintes entidades:

- a) Instituto do Vinho do Porto;
- b) Instituto Regulador e Orientador dos Mercados Agrícolas;
- c) EPAC — Empresa Pública de Abastecimento de Cereais;
- d) Companhia das Lezírias, E. P.;
- e) DOCAPESCA — Sociedade Concessionária da Doca de Pesca, S. A. R. L.;
- f) SNAB — Sociedade Nacional dos Armadores de Pesca do Bacalhau, S. A. R. L.;
- g) PESCRUL — Sociedade de Pesca de Crustáceos, S. A. R. L.;
- h) Serviço de Lotas e Venda.

2 — São tuteladas conjuntamente pelo Ministério das Finanças e pelo MAPA as seguintes entidades:

- a) IFADAP — Instituto Financeiro de Apoio ao Desenvolvimento da Agricultura e Pescas;
- b) Instituto Nacional de Garantia Agrícola;
- c) CAICA — Complexo Agro-Industrial do Cação, S. A. R. L.

3 — Enquanto não forem extintos ou reestruturados, funcionam na dependência tutelar do MAPA e nos termos das disposições em vigor os seguintes organismos:

3.1 — No âmbito da agricultura e alimentação:

- a) Instituto do Azeite e Produtos Oleaginosos;
- b) Junta Nacional do Vinho;
- c) Federação dos Viticultores do Dão;
- d) Comissão de Viticultura da Região dos Vinhos Verdes;
- e) Junta Nacional das Frutas;
- f) Junta Nacional dos Produtos Pecuários;
- g) Casa do Douro.

3.2 — No âmbito das pescas:

- a) Instituto Português de Conservas de Peixe;
- b) Comissão Reguladora do Comércio de Bacalhau.

## Artigo 19.º

**(Obra Social)**

Enquanto não forem uniformizados os serviços sociais da Administração Pública, os funcionários e agentes do MAPA continuam a ser beneficiários dos Serviços Sociais do Ministério das Finanças, mantendo-se, entretanto, a Obra Social do MAPA.

## Artigo 20.º

**(Extinção de órgãos, serviços e organismos)**

1 — É extinto o Conselho Nacional de Agricultura, Comércio e Pescas.

2 — São extintos os serviços e organismos seguintes:

- a) Direcção-Geral dos Serviços Centrais;
- b) Gabinete de Planeamento;
- c) Inspeção-Geral;
- d) Direcção-Geral da Agricultura;
- e) Instituto Nacional de Investigação Agrária e Extensão Rural.

3 — Será também extinto no prazo de 90 dias a contar da entrada em vigor do presente diploma o Instituto de Gestão e Estruturação Fundiária, em termos a definir.

## Artigo 21.º

**(Criação e extinção de cargos dirigentes)**

1 — São criados ou mantidos os lugares constantes do mapa anexo a este diploma.

2 — São extintos os lugares de director-geral e sub-director-geral ou equiparados existentes à data da entrada em vigor deste diploma e não constantes do mapa anexo ao presente decreto-lei.

## Artigo 22.º

**(Transição de pessoal dirigente)**

Os lugares de pessoal dirigente não abrangidos pelo artigo anterior consideram-se extintos à medida que entrarem em vigor os diplomas referidos no n.º 1 do artigo 12.º, cessando as comissões de serviço dos respectivos titulares, salvo despacho ministerial de confirmação, devidamente anotado pelo Tribunal de Contas e publicado no *Diário da República*, nos casos em que haja correspondência de conteúdos funcionais e identidade de designação entre os lugares extintos e os criados.

## Artigo 23.º

**(Revogação de legislação anterior)**

Ficam revogadas as disposições do Decreto-Lei n.º 293/82, de 27 de Julho, do Decreto-Lei n.º 322/84, de 8 de Outubro, e do Decreto-Lei n.º 84-A/85, de 30 de Março, em tudo o que contrariarem o estabelecido no presente diploma.

## Artigo 24.º

**(Prevalência)**

O presente diploma prevalece sobre quaisquer leis especiais que regulem as matérias nele contempladas.

## Artigo 25.º

**(Entrada em vigor)**

Este diploma entra em vigor no dia imediato ao da sua publicação.

Visto e aprovado em Conselho de Ministros de 31 de Julho de 1986. — *Eurico Silva Teixeira de Melo* — *Miguel José Ribeiro Cadilhe* — *Álvaro Roque de Pinho Bissaia Barreto*.

Promulgado em 5 de Setembro de 1986.

Publique-se.

O Presidente da República, MÁRIO SOARES.

Referendado em 12 de Setembro de 1986.

O Primeiro-Ministro, *Antbal António Cavaco Silva*.

## MAPA I

**(a que se refere o artigo 21.º)**

Número de lugares	Cargo
1	Secretário-geral (a) (e).
1	Director-geral da Inspeção-Geral e Auditoria de Gestão (e).
1	Director-geral do Secretariado Agrícola para as Relações Europeias (e).
1	Director-geral do Planeamento e Agricultura (e).
1	Director-geral da Pecuária (d).
1	Director-geral das Florestas (d).
1	Presidente do Instituto Nacional de Investigação Agrária (a) (e).
1	Director-geral de Hidráulica e Engenharia Agrícola (d).
1	Presidente do Instituto de Apoio à Transformação e Comercialização dos Produtos Agro-Alimentares (a) (d).
1	Presidente do Instituto de Qualidade Alimentar (a) (d).
1	Presidente do Instituto da Vinha e do Vinho (a) (e).
1	Director regional de Agricultura de Entre Douro e Minho (a) (d).
1	Director regional de Agricultura de Trás-os-Montes (a) (d).
1	Director regional de Agricultura da Beira Litoral (a) (d).
1	Director regional de Agricultura da Beira Interior (a) (d).
1	Director regional de Agricultura do Ribatejo e Oeste (a) (d).
1	Director regional de Agricultura do Alentejo (a) (d).
1	Director regional de Agricultura do Algarve (a) (d).
1	Director da Inspeção-Geral das Pescas (a) (e).
1	Director do Gabinete de Estudos e Planeamento das Pescas (a) (e).
1	Director-geral das Pescas (d).
1	Presidente do Instituto Nacional de Investigação das Pescas (a) (e).
1	Presidente do Instituto Português de Conservas e Pescado (a) (e).
1	Director da Escola Profissional de Pesca de Lisboa (a) (b).

Número de lugares	Cargo	Número de lugares	Cargo
2	Subdirector-geral do Secretariado Agrícola para as Relações Europeias (e).	1	Vice-presidente do Instituto Nacional de Investigação das Pescas (b) (e).
3	Subdirector-geral da Direcção-Geral do Planeamento e Agricultura (e).	2	Vice-presidente do Instituto Português de Conservas e Pescado (b) (e).
3	Subdirector-geral da Pecuária (d).	2	Subdirector regional de Agricultura de Entre Douro e Minho (b) (d).
2	Subdirector-geral das Florestas (e).	2	Subdirector regional de Agricultura de Trás-os-Montes (b) (d).
1	Vice-presidente do Instituto Nacional de Investigação Agrária (b) (e).	2	Subdirector regional de Agricultura da Beira Litoral (b) (d).
2	Subdirector-geral de Hidráulica e Engenharia Agrícola (e).	2	Subdirector regional de Agricultura da Beira Interior (b) (d).
1	Vice-presidente do Instituto de Apoio à Transformação e Comercialização dos Produtos Agro-Alimentares (d).	2	Subdirector regional de Agricultura do Ribatejo e Oeste (b) (d).
1	Vice-presidente do Instituto de Qualidade Alimentar (b) (c).	2	Subdirector regional de Agricultura do Alentejo (b) (d).
2	Vice-presidente do Instituto da Vinha e do Vinho (b) (e).	2	Subdirector regional de Agricultura do Algarve (b) (d).
1	Subdirector do Gabinete de Estudos e Planeamento das Pescas (b) (d).		
1	Subdirector da Inspeção-Geral das Pescas (b) (e).		
1	Director de serviços da Secretaria de Apoio Técnico-Administrativo (e).		
2	Subdirector-geral das Pescas (d).		

- (a) Equiparado a director-geral.  
 (b) Equiparado a subdirector-geral.  
 (c) Equiparado a director de serviços.  
 (d) Lugares mantidos.  
 (e) Lugares criados.